

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA EJA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE PEDAGOGICAL COORDINATION OF EJA IN THE PERIOD OF THE COVID-19 PANDEMIC

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN LA COORDINACIÓN PEDAGÓGICA DE LA EJA EN EL PERÍODO DE LA PANDEMIA DEL COVID-19

Cláudia Almeida de Oliveira¹

RESUMO: Este artigo pretende analisar as ações desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos, sob a liderança da coordenação pedagógica, no período da pandemia do COVID-19, na unidade escolar da rede estadual de ensino, Colégio Estadual São José, pertencente ao Núcleo Regional 19 do Portal do Sertão, na cidade de Santa Bárbara-BA. Visa, também, socializar como foram implementadas as orientações da SEC-BA e quais as mediações realizadas pela coordenação pedagógica na escola para fazer acontecer o processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. O estudo adota a perspectiva da metodologia dialética. A sistematização das narrativas se deu a partir da análise de documentos, da revisão de literatura, da observação empírica, de discussões e análises de vivências no cotidiano da escola. A reflexão teórica é baseada sobretudo na abordagem de Arroyo (2017) sobre as políticas públicas da EJA. O estudo permitiu compreender que a prática pedagógica se constrói pela contribuição de todos os atores sociais, cujo sujeito facilitador, pode ser materializado, dentre outros, na figura da coordenadora pedagógica, e que por outro lado as condições para o funcionamento da EJA encontraram-se comprometidas por questões políticas e pedagógicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos; Pandemia COVID-19; Coordenação Pedagógica.

ABSTRACT: This article intends to analyze the actions developed in Youth and Adult Education, under the leadership of the pedagogical coordination, in the period of the COVID-19 pandemic, in the school unit of the state education network, Colégio Estadual São José, belonging to the Regional Nucleus 19 of Portal do Sertão, in the city of Santa Bárbara-BA. It also aims to share how the SEC-BA guidelines were implemented and what mediations were carried out by the pedagogical coordination at the school to make the teaching and learning process happen in Youth and Adult Education. The study adopts the perspective of dialectical methodology. The systematization of the narratives took place from the analysis of documents, the literature review, empirical observation, discussions and analyzes of experiences in the daily life of the school. The theoretical reflection is mainly based on Arroyo's (2017) approach to EJA public policies. The study allowed us to understand that the pedagogical practice is built by the contribution of all

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana. E-MAIL: claudia.oliveira67@nova.educacao.ba.gov.br

social actors, whose facilitating subject, can be materialized, among others, in the figure of the pedagogical coordinator, and that, on the other hand, the conditions for the functioning of the EJA met compromised by political and pedagogical issues.

Keywords: Public Policies; Youth and Adult Education; COVID-19 pandemic; Pedagogical Coordination.

RESUMEN: Este artículo pretende analizar las acciones desarrolladas en Educación de Jóvenes y Adultos, bajo el liderazgo de la coordinación pedagógica, en el período de la pandemia de COVID-19, en la unidad escolar de la red estatal de educación, Colégio Estadual São José, perteneciente al Núcleo Regional 19 de Portal do Sertão, en la ciudad de Santa Bárbara-BA. También tiene como objetivo compartir cómo se implementaron los lineamientos de la SEC-BA y qué mediaciones se llevaron a cabo desde la coordinación pedagógica de la escuela para hacer realidad el proceso de enseñanza y aprendizaje en la Educación de Jóvenes y Adultos. El estudio adopta la perspectiva de la metodología dialéctica. La sistematización de las narrativas ocurrió a partir del análisis de documentos, la revisión de la literatura, la observación empírica, discusiones y análisis de experiencias en el cotidiano escolar. La reflexión teórica se basa principalmente en el enfoque de Arroyo (2017) sobre las políticas públicas de la EJA. El estudio permitió comprender que la práctica pedagógica se construye por el aporte de todos los actores sociales, cuyo sujeto facilitador, puede materializarse, entre otros, en la figura del coordinador pedagógico, y que, por otra parte, las condiciones para el funcionamiento de la EJA se vio comprometido por cuestiones políticas y pedagógicas.

Palabras llave: Políticas Públicas; Educación de Jóvenes y Adultos; Pandemia de COVID-19; Coordinación Pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo desses vinte e cinco anos de prática profissional, envolvida na Educação Básica, diante das várias experiências formativas e profissionais adquiridas, os temas gestão da educação e políticas públicas se tornaram imperativos para mim na ocasião da pandemia de COVID-19. Desde o dia 6 de março de 2020 (quando foi confirmada, pela Secretaria Estadual da Saúde da Bahia (SESAB), a primeira pessoa acometida pela infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), que ocasiona a doença covid-19) as aulas presenciais tiveram que ser suspensas no estado, como uma das medidas para conter a propagação do vírus, devido à necessidade de se manter o distanciamento social. A partir daí, fez-se emergir e flagrar históricos processos de desigualdades já existentes na educação brasileira aprofundando e, ao mesmo tempo, desnudando as disparidades e precariedades na educação. Então, a educação presencial na Bahia, iniciada em fevereiro,

foi suspensa inicialmente por um período de trinta dias, por intermédio do Decreto n.º 19.586, de 27 de março de 2020, que ratificou a situação de emergência em todo o território baiano e regulamentou medidas temporárias a fim de assegurar a saúde pública.

Mas, ao longo do ano de 2020, este decreto foi prorrogado e, aos poucos, foi se modificando e flexibilizando algumas restrições, inclusive, as que tratam sobre as atividades escolares. A vivência neste ano impeliu a exposição de diversas mazelas e lacunas que o povo baiano passa para sobreviver e se manter estudando, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, que é formada em especial pelo povo negro, pobre, da periferia, trabalhadores do mercado informal, homens, mulheres, jovens para os quais cada dia é um dia de sobrevivência.

A Rede Estadual de Educação da Bahia, em março de 2021, retorna às aulas no formato remoto. Nesse momento, a Secretaria Estadual de Educação (SEC-BA) apresentou à comunidade diversos documentos norteadores e legisladores para efetivar a educação em meio à pandemia, como a Portaria n.º 711, de 10 de março de 2021, que estabeleceu normas, procedimentos e cronograma para a renovação de matrícula escolar, transferência e matrícula de novos estudantes para cursarem o ano letivo Continuum 2020/2021 (BAHIA, 2021d), e o Protocolo da Educação Ano Letivo 2020-2021, dentre outros documentos.

Esse novo cenário educacional baiano acarretou uma mudança de paradigma em nosso fazer profissional a partir de então. Dessa forma, temos como questões de pesquisa: quais as orientações da Secretaria de Educação da Bahia? Como a coordenação pedagógica mediou o processo de planejamento junto a equipe de profissionais da escola? Qual a função da coordenação pedagógica para que a implementação de recursos e estratégias utilizadas favoreçam uma proposta pedagógica emancipatória e crítica de maneira que o estudante da EJA conclua seus estudos com sucesso?

Neste trabalho, busca-se como objetivo geral, socializar como foram implementadas as orientações da SEC-BA e quais as mediações realizadas pela coordenação pedagógica na escola para fazer acontecer o processo de ensino e de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, no Colégio Estadual São José, durante o período pandêmico de 2021. Além desse, outros objetivos específicos direcionam as reflexões desse trabalho, a saber: verificar quais recursos e estratégias pedagógicas foram

adotadas para favorecer o ensino e a aprendizagem como promotores de formação emancipatória e crítica para que os sujeitos atuem ativamente na sociedade; e descrever como a coordenação pedagógica mediu junto à Secretaria Estadual da Bahia, durante o período pandêmico de 2021, ações que favorecessem o processo de ensino e de aprendizagem na EJA.

Para tanto, o estudo adota a perspectiva da metodologia dialética, para análise dos dados, pois uma pesquisa dialética nos leva a compreender o movimento contraditório da realidade e de suas múltiplas determinações, como advoga Moraes (2021). A sistematização das narrativas se deu a partir da análise de documentos, da revisão de literatura, da observação empírica, de discussões e análise de vivências no cotidiano da escola. A reflexão teórica é baseada sobretudo na abordagem de Arroyo (2017) sobre as políticas públicas da EJA. Apresentamos, portanto, as ações desenvolvidas nesta área da educação no período da crise sanitária:

2. A EJA NO COLÉGIO ESTADUAL SÃO JOSÉ NO PERÍODO PANDÊMICO

Durante todo o ano de 2020, enquanto as aulas estavam suspensas, os diversos órgãos que regulamentam a educação no nível nacional e estadual, como o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE) e a Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC-BA) construíram e/ou adequaram leis, resoluções e documentos orientadores para considerar as rotinas educativas às novas demandas e restrições provocadas pela pandemia. As decisões apoiaram-se no já regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – n.º 9394/1996, que autoriza no artigo 32 a flexibilização do processo ensino aprendizagem em casos emergenciais: “[...]§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996).

Destaca-se dentre essas legislações a nível nacional, a Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (BRASIL, 2020a) e a Resolução CNE/CP n.º 2,

de 10 de dezembro de 2020, que institui as Diretrizes Nacionais Orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040 (BRASIL, 2020b). Já a nível estadual, podemos destacar o Decreto n.º 19.586/2020 no qual se afirma que “Art. 9º - Ficam suspensos, em todo território do Estado da Bahia, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir de 17 de março de 2020: [...] II - as atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros” [...]. (BAHIA, 2020a); a Resolução CEE n.º 27, de 25 de março de 2020, do CEE, que orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial (BAHIA, 2020b), enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual n.º 19.529 (BAHIA, 2020a).

Além desses, tivemos a Resolução CEE n.º 50, de 9 de novembro de 2020, que normatiza procedimentos para a integralização da carga horária mínima do ano letivo (BAHIA, 2020c), bem como a Portaria n.º 711/2021, que estabelece normas, procedimentos e cronograma para a renovação de matrícula escolar, transferência e matrícula de novos estudantes para cursarem o ano letivo Continuum 2020/2021 (BAHIA, 2021d).

Diante desse itinerário descrito acima, a SEC-BA, por meio de lives, incentivava e divulgava iniciativas de escolas que realizavam “busca ativa” e engajavam seus estudantes em atividades educativas e promotoras de aprendizagens, atenta às restrições do formato presencial, atendendo aos protocolos internacionais, zelando pela saúde de toda população. Assim, sistemas e redes de ensino público e privado, gestores escolares, coordenadores, professores e outros agentes educacionais começaram a buscar meios alternativos para que as atividades escolares pudessem ser parcialmente desenvolvidas, seja através do ensino remoto seja por outras possibilidades que pudessem atenuar os efeitos da pandemia na educação escolar.

Nesse ínterim, em agosto de 2020, em um primeiro encontro on-line, a coordenação pedagógica do Colégio Estadual São José, junto a sua equipe de gestores e professores, reúne-se para discutir estratégias, buscar meios alternativos para ter contato com seus estudantes e propor atividades a fim de que possam ser parcialmente desenvolvidas para mantê-los próximos a leituras e ao contexto escolar, atenuando as

implicações da pandemia na educação escolar. Os professores e a coordenadora pedagógica elaboraram uma pesquisa para verificar a tecnologia usada pelos estudantes da EJA. Dos 198 estudantes matriculados, apenas 9 responderam ao questionário Google Forms. Desses, somente 03 tinham acesso à rede wi-fi, usando celulares com pouca memória e sem conforto visual. Dos demais estudantes, os referidos profissionais não obtiveram informações on-line pelo questionário, o que levou à conclusão de que esse formato não traria bons frutos tanto para os professores quanto para os estudantes.

Coordenação pedagógica, professores, equipe gestora, estudantes, funcionários, pais, lançaram mão de fazer uma busca ativa, usando o serviço de som da comunidade, para que os estudantes da EJA soubessem que os professores estariam disponibilizando materiais on-line para que seguissem estudando e discutindo com os professores temáticas atuais. Coordenação pedagógica, professores e equipe gestora não obtiveram sucesso para agregar os estudantes e orientar estudos remotos. Coordenação e demais segmentos da escola, estavam atônicos e impotentes frente a um vírus invisível e mortal, com medo e tristes diante da morte de parentes, familiares e amigos. Toda a equipe entendeu que esse sentimento de insegurança e medo tomava conta da maioria das pessoas e aguardou um novo anúncio e orientação da SEC-BA.

Concluíram, após as tentativas de trazerem os estudantes da EJA às atividades escolares, que, com o cenário da pandemia de COVID-19, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se apresentava como uma das modalidades de ensino mais vulneráveis pela interrupção das atividades escolares. Formada quase em sua totalidade por estudantes que já possuem histórico de exclusão educacional, esse campo da educação, que é marcado pela negligência dos governos, vê-se ainda mais prejudicado, gerando um grande desafio para os sistemas de ensino. Escancarou-se a precarização das políticas públicas em educação, evidenciando uma ausência de soluções diretas para os estudantes da EJA que não possuíam acesso tecnológico, e que deveriam ter recebido o ensino, conseqüentemente obtido a aprendizagem dos conteúdos escolares a partir de março de 2020, seguindo as orientações do distanciamento social.

Antes da pandemia, o ensino e a sala de aula eram quase sinônimos. Com as medidas sanitárias necessárias, as salas esvaziaram-se e a proposta de um ensino remoto regido pela tecnologia, pela conectividade (vídeo chamadas, aplicativos, formulários, os

materiais audiovisuais) passaram a ser os recursos empregados. Acontece que dentro do campo complexo da EJA, não se conseguiu avançar com as orientações por que seu público é aqueles que sobrevivem do Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil, são homens e mulheres proletários, de percursos humanos desumanos, que continuavam com seus direitos negados, excluídos socialmente em diversos aspectos, na negação de direitos.

Paralelo a isso, havia toda a equipe pedagógica que tinha em mãos a responsabilidade de buscar constantemente estratégias para a permanência dos seus estudantes na escola, compreendendo que são esses sujeitos para atender as suas necessidades educativas e estabelecer funcionalidade e significatividade com o objeto de estudo.

Como demonstrado, poucos estudantes possuem acesso à rede de internet. Dentre professores e estudantes, um número significativo utilizou a rede exclusivamente pelo telefone celular, com uso limitado devido à qualidade do telefone, memória e visualização desconfortável. É fato que a pandemia escancarou os estigmas do ensino público no país e a desigualdade social, pois ainda não conseguimos promover políticas que possam garantir o total acesso, permanência e conclusão de estudos desse grupo. No próprio parecer CNE N.º 05/2020, não foram elaboradas orientações metodológicas nem sugestões para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na EJA durante o período na pandemia, reafirmando a vulnerabilidade deste campo da educação. O documento reforça apenas a necessidade de se observar a legislação da área (Parecer CNE/CEB nº 11/2000, Resolução CNE/CEB nº 1/2000, Resolução CNE/CEB nº 3/2010). Desse modo, a educação no Colégio Estadual São José continuou a caminhar no esforço de toda a equipe na busca de trazer o estudante de volta à escola.

3. PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EJA, NO PERÍODO REMOTO, HÍBRIDO E PRESENCIAL AO LONGO DE 2021

O tema gestão da educação é visto na atualidade como um importante fator na promoção da educação escolar básica e, no advento da pandemia de COVID-19, esse tema ganhou contornos acentuados. O anúncio da Organização Mundial de Saúde (OMS),

no dia 11 de março de 2020, de que estávamos diante de uma pandemia que afetava todos os continentes, orientando a adoção de medidas preventivas para combater a disseminação do COVID-19, movimentou as instituições educacionais. Em conformidade à Portaria 343/2020 do Ministério da Educação, essas instituições tiveram que substituir as aulas presenciais pelo ensino remoto.

A partir do dia 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) anunciou por meio de parecer que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) necessitava homologar a oferta de atividades remotas em todas as etapas de ensino e que caberia aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação definir como seguiriam as orientações.

Acentuadas as assimetrias educacionais por conta da pandemia, fica evidente que a gestão da educação brasileira e suas políticas públicas, ferem o que o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 diz: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). A pandemia flagrou processos de para além das mazelas infra estruturais, as formas clássicas de organização da escola, a fragmentação da organização dos conhecimentos, os modelos engessados de currículo e a visão tradicional de aprendizagem.

Nestes termos, observou-se de perto, no exercício da coordenação pedagógica de uma das escolas da rede estadual de ensino de Santa Bárbara – BA, que o contexto de suspensão das atividades presenciais nas escolas brasileiras acentuou as desigualdades, aprofundando a segregação social e educacional, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, sujeitos marcados, há longas datas, por desrespeito, marginalização, dicotomias e principalmente negação à educação enquanto direito legalmente constituído. Ressalta-se também que as atribuições da coordenação pedagógica ficaram ainda mais em evidência diante da realidade que se inaugurava frente à pandemia. Dentre as atribuições, destaca-se algumas citadas na Lei 8.261/02, de 29 de maio de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, no artigo 8, a saber:

- I - coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas nas Unidades Escolares e/ou DIREC; acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria relativas à avaliação da aprendizagem e dos currículos, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;
- IV - avaliar os resultados obtidos na operacionalização das ações pedagógicas, visando a sua reorientação;
- X- divulgar e analisar, junto à comunidade escolar, documentos e projetos do Órgão Central, buscando implementá-los nas Unidades Escolares, atendendo às peculiaridades regionais;
- XI - analisar os resultados de desempenho dos alunos, visando a correção de desvios no Planejamento Pedagógico. (Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002).

Está claro, desse modo, que o papel da coordenação pedagógica é planejar ações na Unidade Escolar a partir de orientações gerais da Secretaria de Educação, visando o êxito escolar local. Assim, quando em fevereiro e março de 2021 a SEC-BA apresentou aos (as) profissionais da educação documentos orientadores para o retorno das atividades escolares (como o Protocolo da Educação para o Ano Letivo 2020-2021), a coordenação realizou leituras e convocou a participação de toda Unidade escolar para uma reflexão e posterior desdobramentos. Na leitura do documento, os membros da comunidade escolar perceberam que a SEC-BA planejou o retorno escolar pautado em 4 diretrizes, que são:

Garantia da matrícula – A SEC promoverá a matrícula automática dos estudantes já vinculados à rede em 2020 na série seguinte à que estavam vinculados em 2020, em regime especial. E abrirá em abril de 2021, o período para matrículas de estudantes oriundos de outras redes de ensino. [...] Adoção do continuum curricular – O ano letivo de 2021 associará o percurso curricular programado para dois anos letivos, 2020 e 2021, de forma gradativa [...] Retorno em fases – A rede estadual atenderá à carga horária de 1.500 horas, conciliando o tempo presencial na unidade escolar (Tempo Escola) e o tempo não presencial em domicílio (Tempo Casa) durante todo o ano letivo, incorporando também as “Atividades Curriculares Complementares”, que são apoiadas no currículo, porém organizadas em formatos mais flexíveis e próximos aos projetos, programas ou disciplinas eletivas. [...] Criação do Comitê Gestor da Escola – Composto pelo Colegiado Escolar, será responsável por acompanhar o cumprimento dos protocolos sanitários, mapear possíveis novos casos e monitorar a frequência dos estudantes. (BAHIA, 2021a, p. 4).

Por intermédio dessas diretrizes, o Colégio Estadual São José se preparou para um futuro de incertezas na educação para um público heterogêneo composto de jovens e

adultos com baixa escolaridade, baixa renda, afrodescendentes, quilombolas, pertencentes à população do campo, por conta da necessidade de realização de algumas mudanças no formato de aula devido à pandemia. Era preciso uma proposta inovadora que pudesse oferecer condições de acesso e permanência àqueles que por algum motivo em sua trajetória de vida foram impedidos a usufruírem do direito à educação.

Para organizar o início do ano letivo de 2021, vários foram os desafios para a retomada das rotinas escolares dentro de um contexto em que a pandemia ainda não havia sido efetivamente controlada, exigindo a adoção de estratégias que considerassem a realidade dos estudantes e professores.

Para refletir sobre o planejamento, a equipe se debruçou frente a um computador ou aparelho de celular para aprender a usar essa tecnologia e, distantes fisicamente, refletir sobre a melhor maneira de acolher o seu público de estudantes da EJA para um retorno, inicialmente, remoto, denominado pela SEC-BA de “primeira fase”. A equipe da escola reaplicou o questionário diagnóstico e aumentou os meios de comunicação para chegar aos estudantes. Os professores identificaram os estudantes que tinham WhatsApp e, por conta dessa identificação e da divulgação entre uns e outros, foram aumentando os grupos das etapas e turmas. Timidamente, os professores conseguiram identificar um número maior de estudantes em relação a agosto de 2020 e, nesse movimento, realizar algum contato e sugerir algumas aulas através do aplicativo WhatsApp e do dispositivo de celular.

Embora a coordenação pedagógica e os professores soubessem que outra característica marcante dos estudantes é que eles são, em sua maioria, sujeitos com responsabilidades domiciliares e/ou de trabalho, que sofreram diretamente os impactos sociais do desemprego provocado pela retração econômica, teriam diante a situação socioeconômica limitações para continuar estudando no contexto atual.

Alguns estudantes localizados estavam desempregados, pois com a orientação de isolamento social, o município que tem grande parte de sua economia baseada no comércio, enfrentou uma crise de fechamento de bares e restaurantes, bem como de outros setores empregatícios da cidade, refletindo o desemprego na economia local e na educação. Alguns estudantes desempregados relatavam que tinham que escolher entre comprar alimentos para seus familiares com o dinheiro da ajuda emergencial do governo

federal ou pagar a internet para acessar conteúdo escolares. Mas, a equipe da escola não desistiu em vê-los de volta aos estudos escolares.

A segunda fase, chamada de “Ensino Híbrido”, teria o retorno presencial gradativo, “de forma alternada e diária, a partir da divisão das turmas, conciliando os chamados Tempo Escola e Tempo Casa (continuando com as Atividades Curriculares Complementares)” (BAHIA, 2021a, p. 25). Nessa segunda etapa, precisou-se ajustar o planejamento, pois muitos dos estudantes que estavam no grupo do WhatsApp não realizaram os estudos orientados e aqueles que não estavam no grupo precisavam começar a receber toda orientação de estudos passados pelos professores. Como eram pequenos os grupos nas aulas presenciais nessa etapa, a equipe gestora e pedagógica não precisou fazer rodízio de grupos e garantiu as aulas presenciais para todos os estudantes que retornaram à escola.

Para concretizar as atividades escolares nessa segunda fase, a SEC-BA determinou o ano Continuum Curricular 2020-2021, totalizando o mínimo de 1.500 horas letivas (BAHIA, 2021a). O currículo escolar seguiu o que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), foram ajustadas as demandas do calendário 2020-2021. Então, foi publicado nas redes sociais mais um dos documentos norteadores para a educação, os Organizadores Curriculares Essenciais (OCE), que se constituem em “uma estrutura de planejamento e de referência para o trabalho pedagógico, a ser desenvolvido pelos professores dos componentes curriculares, em todas os anos/séries das etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” (BAHIA, 2021b, p. 3).

Nos OCE a adequação do currículo à realidade pandêmica reduziu a quantidade de competências, habilidades e conteúdo que deveriam ser trabalhados. Novamente assistiu-se à negação de direitos para um grupo de estudantes que já vem sendo historicamente prejudicado; mesmo com os esforços da escola, tentando preservar a qualidade de ensino e de aprendizagem.

Como recursos didáticos utilizou-se, na modalidade presencial, as “trilhas de estudo”, “pílulas de aprendizagem”, “roteiros de estudos”, “cadernos de aprendizagem” e os Organizadores Curriculares e os Caderno de Apoio, produzidos pela SEC-BA. As ferramentas disponibilizadas pelo Google for Education, como Google Classroom e o

Meet, não foram utilizadas devido a problemas de conectividade e ausência de dispositivos que os estudantes não tinham e alguns professores não dominavam. Usou-se as redes sociais como YouTube para reuniões e lives pedagógicas. O Facebook e o Instagram para exposição de materiais produzidos e lives, mas apenas para um pequeno público da EJA que tinha acesso a essas redes sociais, demais estudantes e comunidade.

Na fase presencial, também se fez muito uso das avaliações formativas, de algumas metodologias ativas. Para os estudantes da EJA, não foi preciso reorganizar os tempos e espaços, com atividades tempo casa e tempo escola, pois poucos voltaram às aulas. Organizou-se o currículo de maneira a recompor as aprendizagens essenciais, buscando garantir a frequência e aprendizagem dos estudantes; e um olhar atento às demandas, as lacunas pedagógicas e relacionais tiveram ênfase grande na discussão sobre a prática e superação dos entraves para o sucesso escolar.

Enfatizou-se as regras gerais de higienização e cuidados individuais para todos os segmentos da escola e criou-se conforme a orientação da SEC, uma comissão de monitoramento de retorno às aulas junto ao Colegiado Escolar para: acompanhar o cumprimento dos protocolos, identificar e comunicar eventuais novos casos, monitorar a frequência dos estudantes e promover a busca ativa em articulação com outros órgãos. Dessas responsabilidades, a promoção da busca ativa foi a que se destacou na EJA devido ao retorno tímido dos estudantes e a falta de motivação para seguir os estudos.

As graves desigualdades sociais na sociedade brasileira foram percebidas de maneira mais intensa com a educação remota na EJA. As soluções para continuidade dos estudos eram parcas e a principal alternativa consistia na disponibilização de conteúdo para os alunos por meio do envio de materiais impressos pelo professor aos estudantes da sua turma. O resultado da ação não foi o esperado, obteve-se poucas devolutivas de um número tímido de estudantes. Outro ponto a considerar é a faixa etária dos estudantes da EJA, pois, apesar de serem autônomos, carregam o peso da responsabilidade e funções da vida adulta — muitos são mãe, pai, avós e avôs que sonham em estudar mas precisam além de fazer suas atividades, fazer tarefas domésticas e dar conta das demandas enquanto trabalhadores do mercado informal que precisam levar o pão ou o seu complemento para casa todos os dias. Essa circunstância tornou árdua a conciliação da própria sobrevivência com o desejo na ampliação de conhecimento escolar.

O que estava demarcado pelos documentos orientadores para a dinâmica das escolas reduzia-a a um local de pragmatismo, indo na contramão da educação enquanto direito público, pois destinava-se ao cumprimento de carga horária mínima definida em legislação e de prescrição de conteúdos mínimos para aprendizagem, o que aprofunda as desigualdades educacionais já existentes.

Em tempos de crise a função da escola é colocada na berlinda. Promessas não cumpridas expressas nas linhas e entrelinhas da legislação do país. Observa-se, assim, a necessidade de um realinhamento político sobre o amanhã da escola numa sociedade capitalista e neoliberal como a nossa que converte toda pessoa em capital humano, pois produz subjetividades úteis ao capital, em que se busca o lucro acima da vida, sempre construindo novas formas de financeirização e de privatização do Estado.

3.1 A coordenação pedagógica na gestão do acolhimento à comunidade escolar da EJA

A ação da Gestão Pedagógica na EJA, no campo do acolhimento à comunidade escolar e às famílias, no retorno às aulas presenciais na pandemia e seus desafios enfrentados e encaminhamentos dados, serão relatados nos próximos parágrafos.

O acolhimento aos professores(as), desde a Jornada Pedagógica, foi realizado com estudos e reflexões, com base nos indicadores das avaliações externas e resultados de evasão, reprovação e aprovação da escola, no sentido de realizar um planejamento que viesse a suprir as lacunas de ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA. Foi realizado um trabalho de motivação e argumentação, junto aos professores, quanto à necessidade de realizar ~~um~~ planejamentos e avaliações mais constantes, considerando as garantias dos estudantes para a série em que estavam no período antes da pandemia e a que estavam no momento atual do retorno. O recebimento de estudantes na EJA, da rede municipal, implicou em um olhar mais atento e cuidadoso para uma avaliação e planejamento que desse conta da aprendizagem; foi aguçada a preocupação com a ideia de diagnóstico, porque, durante a pandemia, os estudantes da rede municipal não tiveram retorno híbrido e nem tão pouco presencial, como havia acontecido com as escolas estaduais. Concluiu-se que as lacunas de aprendizagem desse público recém-chegado eram grandes.

Foi realizada formação continuada para os professores sobre metodologias que estimulassem o protagonismo estudantil e o planejamento interdisciplinar. Esses temas são importantes porque são parâmetros de organização da prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, que motivam os estudantes a aprender visto que eles serão instigados, provocados a construir seus conhecimentos. Assim, uma prática de menos aulas expositivas, tirando o professor do centro das atenções e colocando o estudante na posição de pesquisador com participação ativa na construção de sua aprendizagem; o professor, nessa nova situação atua como motivador e mediador do processo.

Destaca-se entre as ações pedagógicas da equipe CESJ a realização de avaliação coletiva e atuações coletivas. A pandemia nos ensinou, por meio das ações e reflexões, que ações isoladas não têm a força da coletividade. Então o olhar sistêmico e global sobre os estudantes e nossas ações pedagógicas nos fortalecem e nos dão condições de alcançar os objetivos e metas traçados.

Foi realizada no retorno à escola, a acolhida das habilidades socioemocionais dos professores, por meio da escuta ativa, indicação de terapias e momentos de descontração nos intervalos das aulas e turnos. O Colégio contou com a parceria de psicólogos da cidade; houve por parte da equipe gestora e coordenação pedagógica investimento em reflexões sobre a qualidade de vida, espiritualidade, realização de almoços, lanches em grupos na escola e às vezes fora da escola.

A coordenação pedagógica enfrentou alguns desafios frente aos professores, como: resistência para fazer uma prática de planejamento e avaliação constantes para retomar as competências e habilidades de séries anteriores; resistência para realizar e usar estratégias e metodologias de inovação e estímulo ao protagonismo estudantil, pois os estudantes estão em processo de formação e aprendizagem para assumir postura protagonista. Percebeu-se: uma certa “falta de paciência” dos professores para investir nas aulas com essa configuração; desmotivação para aprender o novo, principalmente do grupo de professores que estão para se aposentar, e de outros novatos investindo em pós-graduação.

Para minimizar os impactos, lançou-se mão de reuniões por área de conhecimento e coletivas para análise de resultados; reflexões para um planejamento e avaliação que atenda às necessidades prioritárias dos estudantes; realização de planejamento coletivo

de ações que promovam práticas coesas e que deem unanimidade ao processo educativo, validando ações para os estudantes; encontros pedagógicos para troca de experiências exitosas de situações vividas em sala de aula; formação continuada com temas de interesse da equipe.

Com os estudantes, fez-se escuta ativa através de conversas informais e questionário diagnóstico. Procurou-se saber deles: quais disciplinas que gostava e quais tinha dificuldades; quais suas habilidades artísticas; seus gostos musicais e literários; quais lazeres realizam; seus traços de personalidade; se trabalhavam; quais suas expectativas para 2022; se realizavam trabalho voluntário; se praticavam exercícios físicos; qual o nível de escolaridade dos pais; que atividades sugeriam para a escola realizar; como aprendiam melhor; quais seus projetos para quando concluíssem o Ensino Médio. Foi solicitado deles também uma produção de texto sobre eles mesmos para verificar os níveis de escrita e respectivas habilidades e competências garantidas.

Constituem alguns desafios para a Coordenação Pedagógica encontrados junto aos estudantes: introspecção e ausência de elo de confiança e segurança inicial; desmotivação para aprender; apatia e dificuldades de aprendizagem; desmotivação para exercer o protagonismo e falta de formação para líderes, além das dificuldades cognitivas, emocionais e sociais identificadas nas atividades diagnósticas e diálogos informais.

Foram realizados alguns encaminhamentos, visando os desafios, a saber: indicação de professor tutor da turma para melhor orientar, garantir o acolhimento e ser forte canal de comunicação entre a turma e a equipe gestora e coordenação pedagógica para, a partir do diagnóstico, planejarmos estratégias e ações que dessem conta das dificuldades cognitivas, emocionais e sociais, minimizando-as ou resolvendo-as. Houve também planejamento de estratégias e utilização de recursos que motivariam a aprendizagem como: uso de tecnologias, desenvolvimento de projetos, sequências didáticas que promoveriam o protagonismo estudantil; realização de ações nos intervalos das aulas (recreio) de incentivo à leitura, tais como, disponibilização de jogos de tabuleiro, escuta de relatos orais sobre empoderamento feminino e importância da leitura, e relato de ex-estudantes sobre a importância dos estudos. Ademais, houve uma grande mobilização para a participação dos líderes de sala nas ações de planejamento e avaliação da escola, com a formação para líderes de sala com lideranças estudantis.

Na execução das ações, as dificuldades apresentadas foram o atendimento das expectativas de todos os interessados (não foi possível atender a todo público estudantil devido ao grande número) e fazer acompanhamento das demandas individuais. Restou-nos agir com os que se destacavam por isolamento ou atitudes hostis, sinalizadas por colegas de sala, líderes ou professores.

Com os funcionários houve, por parte da Coordenação Pedagógica, escuta ativa e orientação para acolhimento da comunidade escolar. O desafio foi com a falta de formação para um trato acolhedor e profissional. Como encaminhamento, realizou-se reuniões mensais para orientações, avaliação e elaboração de estratégias, envolvimento e participação nas reuniões de avaliação e planejamento coletivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto pandêmico do COVID-19, observa-se que o poder público oferta a educação básica, mas ficam evidenciadas as dificuldades vivenciadas por gestores educacionais, professores, estudantes e suas famílias. É imprescindível investir na reestruturação das instituições de ensino no campo de recursos e infraestrutura e, sobretudo, na capacitação de professores, profissionais de educação e toda equipe escolar; ofertar melhores condições de trabalho, com valorização salarial, de carreira valorização da carreira.

Pensar na valorização dos profissionais é ofertar condições de trabalho e recursos materiais — essenciais para a formação dos estudantes. Ressaltando aqui o investimento na formação de coordenadores a fim de criar e fortalecer a identidade desse profissional e dos significados da sua atuação nas escolas. As urgências do cotidiano, o envolvimento nos projetos pedagógicos específicos ou o atendimento a requisições pontuais da secretaria de educação, da equipe gestora, pais, estudantes, professores, fragilizam sua atuação principal que é a formação de professores.

Muitos professores também reivindicam tempo para a preparação de atividades que serão propostas aos alunos e para as tarefas que consideram burocráticas relativas à

documentação escolar, elaboração de planos, registros, avaliações etc, permanecendo num ativismo alienante, anulando ou colando, em último plano, a formação em serviço.

Para os coordenadores também é extremamente difícil não se sentir cansado e dilacerado frente aos imediatos afazeres e improvisos de soluções em curto prazo, de forma a sobreviver frente às demandas burocráticas. É um sentimento de perplexidade e angústia que aponta para a necessária ressignificação e reconstrução do nosso papel identitário para que nossa tarefa pedagógica funcione como interlocutora interpretativa das teorias implícitas na práxis, e mediadora de sua transformação, para fins emancipatórios.

As precárias possibilidades de realizações dos afazeres da prática requisitadas e as contradições postas para suas realizações e urgências das soluções de problemas que vão do simples ao complexo; as angústias entre querer mudar o ambiente escolar e as resistências devido à falta de condições estruturais, profissionais, relacionais, de interesses, valores e subjetividades fragilizam nosso fazer pedagógico e nossa identidade profissional. Para o avançar do cenário atual, o processo crítico-coletivo-reflexivo poderá ajudar na construção e na ressignificação dos nossos processos identitários.

Há vinte e três anos do início do século XXI, a formação de professores apresenta a mesma cara do século passado. Para além da formação em serviço para os docentes, o coordenador poderia provocar reflexões acerca das políticas públicas, da organização da escola e seu próprio trabalho, para a construção de saberes e novas possibilidades de ação, em um processo contínuo de ação-reflexão-ação na construção de sua práxis educativa, que é sempre uma prática social, pois a formação não se limita aos conteúdos curriculares desvinculados de uma análise cuidadosa do contexto político, econômico e social. Para ensinar saberes necessários à sociedade atual, deve-se partir de princípios básicos da formação docente, a saber: visão de escola democrática, que desenvolve a autonomia, senso crítico, reflexivo, responsável, ético.

A partir da análise da conjuntura do período pandêmico vivida no Colégio Estadual São José, fica evidente que necessita-se de um novo projeto de educação nas formas de organização da escola, bem como na sua relação com o conhecimento e o que tem sido priorizado nos currículos — sua forma, seus sentidos, suas práticas — na formação do professor e toda equipe escolar, nos investimentos de recursos materiais e

humanos que favoreçam aos estudantes oportunidades de vivenciar o mundo a partir dos marcadores desafiadores e plurais que atravessam o contexto escolar e social, estimulando-o para uma sociedade mais igualitária, diminuindo ou aniquilando as diferenças.

É notório também que a coordenação pedagógica precisa, no coletivo, priorizar a organização de um trabalho planejado, para evitar se perder no casual, no não planejado, espontaneísta. Precisa se qualificar para o exercício da tarefa que é muito complexa e não basta boa vontade para se mudar a escola e que essa luta precisa de um coletivo de coordenadores enquanto grupo crítico e reflexivo, que funcionará como base para um processo na direção da ressignificação de sua profissionalidade.

Cabe aos profissionais da educação provocar o movimento de fazer uma escola diferente e rever o significado da prática profissional. Que as sequelas deixadas nos professores e nos estudantes sejam superadas, que se possa saudar as lições aprendidas pela pandemia causada pelo vírus da COVID-19, que se possa agir de forma mais ampla, pensando na vida planetária em todos os aspectos e dimensões, lançando-se as possibilidades de avançar, de crescer e de reinventar para fazer o processo ensino-aprendizagem que colabore na organização de uma escola democrática e igualitária para todos. Uma educação que fomente uma formação emancipatória e crítica para todos adolescentes, jovens, adultos, trabalhadores empobrecidos, negros e pobres que, refletindo sobre sua realidade, compreendam-na e interfiram na busca por mudanças sociais. Assim, não basta o esforço solitário do coordenador. É preciso rever a conjuntura da escola e, desse modo, abrir espaços para que todos possam dar o melhor de si, numa dinâmica potencializadora de cada circunstância que influi na escola.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite**- Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 2. ed. aum. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BAHIA. **Decreto n.º 19.586**, de 27 de março de 2020. Ratifica declaração de Situação de Emergência em todo o território baiano, para fins de prevenção e enfrentamento à covid-19, e regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Bahia: Casa Civil, [2020a]. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19586-de-27-demarco-de-2020>. Acesso em: 4 jun. 2021.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Organizadores curriculares essenciais (OCE)**. Bahia: Secretaria Estadual de Educação, 2021b. p.178.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Portaria n.º 711**, de 10 de março de 2021. Estabelece normas, procedimentos e cronograma para a renovação de matrícula escolar, de transferência de estudantes entre escolas da rede pública estadual de ensino e de matrícula escolar de estudantes oriundos das redes municipais de ensino, bem como para candidatos à educação básica nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino e conveniadas, referentes ao ano letivo contínuo 2020/2021. 2021. Bahia: Secretaria Estadual de Educação, 2021d. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/portaria-n%C2%BA-7112021>. Acesso em: 4 jun. 2021.

BAHIA. Secretaria de Educação. **Protocolo da educação para o ano letivo 2020-2021**. Bahia: Secretaria Estadual de Educação, 2021a. 47p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 14.040**, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2019. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 2**, de 10 de dezembro de 2020. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que

estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020b. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de2020-293526006>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CAMPOS, E. F. E.; FRANCO, M. A. S. **A coordenação no trabalho pedagógico**. Editora universitária Leopoldianum - Universidade Católica de Santos, 2016

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE n.º 27**, de 25 de março de 2020. Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial, enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual n.º 19.529, de 16 de março de 2020, que estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, para fins de prevenção e enfrentamento à covid-19. Bahia: Conselho Estadual de Educação, 2020b. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE N.º 50**, de 09 de novembro de 2020. Normatiza procedimentos para a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública e para a reorganização do calendário escolar do ano letivo de 2020, à luz da Lei Federal N.º 14.040, de 18 de agosto de 2020. Bahia: Conselho Estadual de Educação, 2020c. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_50_e_Parecer_99.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. **Gestores da SEC destacam ações realizadas em 2020 e perspectivas para 2021**. Bahia: Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: <http://www.consed.org.br/centralde-conteudos/gestores-da-sec-destacam-acoes-realizadas-em-2020-eperspectivas-para-2021>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FERREIRA, N. S. C.o (org.); Anita Helena Schlesener... [et al.]. **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Editora, 2006.

HADDAD, S. e GRACIANO, M.(orgs.). **A educação entre os direitos humanos**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, SP: Ação Educativa, 2006.

Lei n.º 8.261, de 29 de maio de 2002, dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia.
<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=78384&>

MORAES, L. E. P. Materialismo o histórico e dialético: Perspectivas metodológicas introdutórias. **Revista Exitus**. Santarém-Pará, v. 11, p. 01-25, 2021.

PARO, V. H. O Princípio da Gestão Escolar Democrática no Contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R. P. de. e ADRIÃO, T. (Orgs.) **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

RODRIGUES, R. B., et al. Os sentidos de escola em tempos de pandemia: o “vírus” do aprofundamento das desigualdades educacionais. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 63, 14 out. 2021.